

A cultura afro-brasileira: apresentada nas aulas de História do Ensino Médio articulada à obra Diário de Bitita

Cleusa Teixeira de Sousa ⁱ 

Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal

Gilberto César de Noronha ⁱⁱ 

Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil

1

Resumo

O objetivo principal deste artigo, centra-se na socialização do relato de experiência em que buscamos transdisciplinar o Ensino de História da Cultura Africana e Afro-brasileira, nas aulas de História ministradas no Ensino Médio a partir da reflexão e do diálogo estabelecido entre o conteúdo em questão e a obra literária Diário de Bitita. Cujo foco principal, refere-se à articulação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, estabelecidas por meio de políticas afirmativas conquistadas pelas constantes lutas empreendidas pelos Movimentos Negros em favor da descolonização dos Currículos e reconhecimento da relevância dos negros e de sua cultura na construção histórica do Brasil. Deste modo, mantivemos o diálogo entre a História, a Literatura e a Memória, buscando evidenciar fatos do cotidiano da autora Maria Carolina de Jesus, uma mulher, negra e pobre, que desenvolveu sua trajetória de vida conseguindo superar os infortúnios impostos aos negros pelos discursos e ações eurocêntricas da sociedade elitista do Brasil Colonial até os primórdios do século XXI.

Palavras-chave: Cultura afro-brasileira. Literatura. História.

The Afro-Brazilian culture: presented in High School History classes linked to the work Diário de Bitita

Abstract

The main purpose of this article, focuses on the socialization of the experience report in which we seek to transdisciplinary the Teaching of History of African and Afro-Brazilian Culture, in History classes given in the of High School based on the reflection and dialogue established between the content in question and the literary work Diário de Bitita. Whose main focus refers to the articulation of Laws 10.639 / 03 and 11.645 / 08, established through affirmative policies won by the constant struggles undertaken by the Black Movements in favor of the decolonization of the curricula and recognition of the relevance of blacks and their culture in the historical construction of Brazil. In this way, we maintained the dialogue between History, Literature and Memory, seeking to highlight facts of the daily life of the author Maria Carolina de Jesus, a woman, black and poor, who developed her life trajectory managing to overcome the misfortunes imposed on black people by the speeches



and Eurocentric actions by the elite society of Colonial Brazil until the beginning of the 21st century.

Keywords: Afro-Brazilian culture. Literature. History.

1 Introdução

2

O ensino relativo à Cultura Afro-brasileira tem ganhado lugar especial no cenário educacional contemporâneo, mediante as reflexões, debates e as modificações que têm suscitado na atualidade. Dentre os principais focos a serem estudados no conteúdo pertinente a essa temática, está o conhecimento da cultura desse grupo e sua participação no processo histórico do Brasil, o qual foi silenciado e esquecido durante um percurso histórico de quase cinco séculos. Deste modo, observa-se a relevância do movimento negro educador e sua atuação na descolonização dos currículos educacionais que deram origem as Leis 10.639/03 e 11.645/08, que versam sobre a obrigatoriedade do ensino da cultura Afro e Indígena nas Instituições Educacionais de Ensino Básico e do Ensino Superior.

2 Metodologia

Metodologicamente, optamos pelo desenvolvimento da oficina pedagógica onde utilizamos vários elementos como análises de acontecimentos, leitura e discussões de textos historiográficos relativos à cultura afro-brasileira, produções escritas, imagéticas e, sobretudo, a obra literária (*Diário de Bitita*) de Maria Carolina de Jesus. O objetivo principal dessas aulas consistiu em transdisciplinar o conteúdo ministrado, no sentido de ultrapassar as disciplinas de modo individuais por meio da articulação e das abordagens comuns que lhes são pertinentes, como um meio facilitador do ensino e da aprendizagem da temática, provocando novos conhecimentos, mais articulados e amplos. Mediante o contexto apresentado, pretende-se neste artigo, apresentar os resultados dessa transdisciplinarização realizada através da aplicação da oficina pedagógica como um modo





de desenvolver melhor o objetivo proposto. Desta forma, buscaremos demonstrar o percurso adotado como estratégia de ensino e aprendizagem nas aulas de História do Ensino Médio.

Bases de dados e pesquisa bibliográfica

3

Os termos empregados para a pesquisa e elaboração deste trabalho foram “Cultura afro-brasileira, Literatura, História”. A experiência da aplicabilidade da oficina pedagógica, baseada, sobretudo, na aplicação da literatura no ensino de História, para além das leituras dos demais textos pertinentes à cultura africana e afro-brasileira e dos acontecimentos reais sobre os negros do cotidiano brasileiro, foi realizada entre os meses de fevereiro e março de 2020, nas turmas do Ensino Médio.

Os três momentos fundamentais para o desenvolvimento de uma oficina pedagógica de acordo com Candau 1999, p. 11, são:

[...] aproximação da realidade/sensibilização, aprofundamento-reflexão, construção coletiva e conclusão/compromisso. Para cada um desses momentos é necessário prever uma dinâmica adequada para cada situação específica, tendo-se sempre presente a experiência de vida dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

Tomando por base a proposta de Candau, apresentamos aos alunos o conteúdo do artigo 26 e 26 A, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, realizando a leitura e análise dos artigos dessas leis. Tais dispositivos versam sobre o ensino de diversidades, sobretudo, da cultura africana, afro-brasileira e indígena, demonstrando aos discentes que as leis são elaboradas a partir da necessidade de regulamentar a vida em sociedade e são resultado de lutas sociais concretas.

E quando se trata da situação dos negros no Brasil, nota-se que há uma dívida histórica quanto a sua participação e contribuição econômica, social, cultural e, principalmente quanto ao acesso à educação formal. Nesse sentido, as leis derivam de uma conquista realizada através de muitas lutas e embates de movimentos sociais de





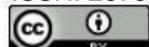
negros e militantes que reivindicaram e ainda reivindicam pelo cumprimento de seus direitos legais. Deste modo, essas leis se tratam de uma conquista histórica, mas esse é apenas um dos pontos de reivindicação dos movimentos sociais dos negros e simpatizantes, pois ainda há muito para ser conquistado e valorizado, principalmente no que diz respeito à história e valorização cultural dos negros no Brasil e para além dele. Deste modo, foram introduzidas leituras de artigos de periódicos e obras da historiografia, que discutem a temática acerca da cultura africana e afro-brasileira que é o foco dessa abordagem realizada na experiência ministrada em sala de aula, na qual tomamos por base as memórias contidas na obra literária Diário de Bitita. Nesse sentido, esta proposta se junta às várias estratégias de ensino e aprendizagem utilizadas por professores na tentativa de colaborar para “reflexionar sobre a história e a memória dos povos africanos e afrodescendentes na formação do povo brasileiro temática instituída na legislação educacional relativa as diversidades culturais, como obrigatória no ensino regular” (SANTOS; DANTAS JÚNIOR; ZOBOLI, 2020, p. 01), como a utilização de filmes, obras literárias e demais metodologias que favoreçam o aprendizado dos alunos acerca das temáticas trabalhadas em sala de aula.

3 Desenvolvimento e discussão

Deste modo, *a priori* se buscou apresentar o percurso da história africana e afro-brasileira no Ensino de História no Brasil e, por conseguinte, versar sobre a utilização de materiais didáticos literários como forma de estimular e transversalizar¹ o ensino e a aprendizagem dos discentes do Ensino Médio² sobre essa temática. Neste caso, em especial, a abordagem do conteúdo foi realizada a partir da articulação entre o conteúdo

¹ Nesse caso, transversalizar está descrito no sentido de organizar a exposição e ministração do conteúdo de forma didática em que se buscou partir de um contexto real redigido em uma obra literária que conta o cotidiano da personagem (autora) em primeira pessoa. Trata-se de um modo de articular a saberes de áreas distintas que dão forma ao conhecimento do discente de maneira mais ampla e inteligível.

² As aulas que deram origem a este artigo, se referem ao conteúdo desta temática ministrada para as turmas do Ensino Médio do Colégio Estadual Jornalista Luiz Gonzaga Contart, situado em Goiânia-Go.





ministrado – a cultura africana e afro-brasileira – e os registros de memórias de Maria Carolina de Jesus na obra literária: *Diário de Bitita*. O principal objetivo na ministração dessas aulas, consistiu em trabalhar a Cultura Afro-brasileira e seus desdobramentos na sociedade no processo histórico do Brasil até a contemporaneidade desde uma obra cuja publicação fez ecoar a “voz” de uma mulher, negra e favelada que viveu no século XX.

5

Num primeiro momento, o principal debate incitado nas turmas do Ensino Médio, consistiu em apresentar as Leis 10.639/03 e 11.645/08, mostrando que foi somente a partir do estabelecimento das mesmas, que o ensino da cultura africana e afro-brasileira se tornaram obrigatórias nas Escolas de Ensino Básico e também no Ensino Superior, alertando os discentes de que tal medida, vai para além de um acerto de contas com a infortunada consciência europeia, relativa às dominações territoriais e às explorações de povos e nações que se tornaram símbolos dessa dominação por alguns centenários de anos, sobretudo, aqueles que se concentram entre os séculos XVI e XIX, em que houveram os processos de colonização.

Portanto, a primeira iniciativa da aula centrou-se em levar os discentes a refletirem sobre a inserção dessa temática no ensino como uma continuidade das lutas e resistências dos negros africanos, afro-brasileiros e dos escravizados na América Latina. Assim, a intenção foi de conduzir os alunos a perceberem que essa medida, trata-se de uma busca de reparação pela memória, rememorar, reconstruir e visibilizar a memória histórica dos negros no Brasil, os quais tiveram seus direitos como sujeitos sociais brasileiros, negados durante os cinco primeiros séculos que compuseram os primórdios históricos deste país.

Ademais, foi o momento crucial para revelar o merecido reconhecimento e destaque ao investimento intelectual, político, de vida, trajetória, persistência, tensão e embates de homens e mulheres negras que se mantiveram engajados no Movimento Negro, se enveredando e atuando nas diversas lutas em prol da superação do racismo, pela construção da emancipação social e identitária dos negros no Brasil, para além de contribuir na elucidação e desmistificação do processo de diáspora africana que ocorreu ao longo dos tempos.





Compreende-se assim, que foi através dessa trajetória de luta do Movimento Negro brasileiro e por meio da atuação e produção engajada de intelectuais negros que integraram o pensamento que se lançou contra os processos de colonização impregnados na América e na vastidão do mundo, que criaram bases para questionarem e colocar em xeque a interpretação e a produção eurocêntrica de mundo que compôs por séculos a produção e o conhecimento científico no Brasil e em outros países. (GOMES, 2017).

Nesse sentido, o Movimento Negro também se tornou um movimento educador que criou estratégias de lutas, produzindo e articulando saberes construídos pelos grupos não hegemônicos e contra hegemônicos da sociedade brasileira, atuando como educadores nas relações sociopolíticas e culturais. Foi a partir dessa articulação que empreenderam a conquista de “um lugar” para o Ensino de História da cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares e acadêmicos deslocando as estratégias de desvalorização da cultura desse grupo até o início da primeira década do século XXI, no Brasil.

Da colonização aos desmontes da (in)visibilidade dos negros na História do Brasil

As aulas dessa temática foram divididas em 4 blocos. Primeiro, fizemos a explanação dos pontos centrais do contexto que envolvem os negros desde o Brasil Colônia (Tráfico Negreiro), até o Brasil República, cujo objetivo se delineou na promoção de um conhecimento mais amplo sobre o processo de escravização no Brasil e seus desdobramentos no meio social, econômico e educacional no cotidiano dos africanos escravizados e daqueles que já nasceram no Brasil sob a mesma condição, mostrando aos discentes que, mesmo empreendendo sucessivas resistências, os negros sofreram e ainda sofrem com as marcas da escravidão que lhes foi imposta pelos colonizadores europeus e seus herdeiros. Assim, iniciamos com aulas dialógicas e expositivas nas quais discutimos, o conteúdo que abrange do período da Colonização ao Brasil República.

A saber, no decorrer dos processos coloniais, especialmente em terras brasileiras, os africanos e seus ascendentes foram impelidos a criarem mecanismos de





“defesas” de diversas matizes em resposta à desvalorização que sofreram no decorrer da história. Criaram também meios para resgatar a sua dignidade humana, que lhes fora “arrancada” desde o momento em que foram comprados (como mercadoria) na África, durante todo o período de escravidão e, mesmo *a posteriori*. Toda a ocultação relativa às contribuições africanas para a constituição da história brasileira e universal, atualmente, são traduzidas pelo enorme prejuízo que esse silêncio ocasionou para o desenvolvimento político, intelectual, moral, psíquico e psicológico dos afro-brasileiros.

O Ensino de História desde os seus primórdios até a primeira década do século XXI, promoveu o silenciamento e fez ecoar a ideologia elitista europeia e imperialista que vigorou durante os cinco primeiros séculos no Brasil. Lembrando que, legalmente essa política elitista que assolou o Ensino de História, só sofreu alterações relevantes em relação à cultura africana e afro-brasileira na primeira década do século XXI, com a criação das Leis 10.639/03 e a 11.645/08, as quais serão melhor discutidas ao longo do artigo.

Ainda que a Constituição do Império de 1824, decretar a educação enquanto um direito de todos os cidadãos, o Artigo 6 deste documento previa o impedimento ao acesso de crianças negras às Escolas de Primeiras Letras (Alfabetização), tendo em vista que a maior parte da população negra era composta por crianças nesse período e era vedado aos negros escravizados frequentar as escolas. Só eram reconhecidos enquanto cidadãos os portugueses e os sujeitos nascidos no Brasil considerados “brancos”, quanto aos negros libertos, só tinham acesso à educação os que fossem portadores de rendimentos ou terras. Outrossim, essa era mais uma estratégia governamental para dificultar que os negros frequentassem as Escolas. Como se não fosse suficiente todo esse impedimento à escolarização dos negros escravizados, em 1854, foi decretado, a Lei formal nº 1331, cujo conteúdo versava sobre o impedimento ao acesso de escravizados (em geral) ao sistema educacional.

As ações governamentais que decretavam a exclusão dos negros à educação, muito tem a nos dizer, pois embora as escolas sejam vistas na atualidade como um instrumento de ascensão social e econômico, no período imperial e ao longo do processo histórico escravagista do país, a educação foi utilizada para reforçar o discurso





eurocêntrico e elitista, dando vigor aos preconceitos raciais e as discriminações quanto as diversidades culturais. (BERNARDES E RODRIGUES FILHO, 2012).

Durante o período republicano a luta de negros livres, contra o racismo e a falta de visibilidade no meio social, continuou ativa. Pois, foi no decorrer da segunda metade do século XIX que o movimento abolicionista (luta pelo fim da escravidão), ganhou maior projeção. Teve intervenção de diversos segmentos sociais e contou com a força e pressão dos interesses econômicos internacionais empreendidos pela Inglaterra a favor da abolição da escravatura. Foi deste modo, que a abolição (1888) ganhou formas e se delineou aos poucos no Brasil.

Mediante o contexto apresentado, surgiram novas formas de resistências contra as desigualdades raciais, intelectuais negros e outros adeptos a esse movimento, se organizaram e deram voz a esse grupo étnico com a criação do Jornal “A voz da raça”, em São Paulo, que perdurou de 1933 a 1937 e se tornou um Órgão Oficial da “Frente Negra Brasileira”, consistiu num espaço social e de valorização étnica, com caráter inclusivo, permeado por um viés nacionalista de enaltecimento dos negros. Esse jornal ganhou formas marcantes dando origem ao jornalismo alternativo. Integrado a outros jornais deste período, que já retratavam os negros, buscaram enfatizar a conscientização da relevância da figura do negro e sua participação no cenário econômico, social e educacional deste país.

Ademais, com o surgimento do Estado Novo implementado por Getúlio Vargas, os partidos políticos que apoiavam o funcionamento e a política deste Jornal, acabaram sendo extintos e, em consequência, seus veículos oficiais passaram a ser censurados, logo o Jornal fechou suas portas e deixou de circular. Posteriormente, criaram um dos mais representativos meios culturais para enaltecer a imagem dos negros, o Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado em 13 de outubro de 1944, no Rio de Janeiro, pelo economista Abdias do Nascimento (1914-2011) e outros intelectuais. Esse espaço contribuiu para que os negros divulgassem suas habilidades e tivessem acesso à cultura de modo digno, onde surgiram os primeiros atores negros. (MALDONADO, 2008).





Logo, surgiram as primeiras iniciativas de Alfabetização Popular empreendidas pelo Educador Paulo Freire, voltados para Educação de Jovens e Adultos, por meio da qual se criou um movimento educacional que buscava modificar o pensamento medíocre que fundamenta a discriminação racial e o preconceito, pois compreendiam que a educação tinha função social e política que promoveria a emancipação mais ampla do sujeito e disseminaria a igualdade racial e o respeito às diversidades. (BERNARDES E RODRIGUES FILHO, 2012).

Provocação e reflexão: a vida dos negros numa sociedade preconceituosa, machista e elitista como a brasileira no século XX, a partir do *Diário de Bitita*

Essa parte, consiste no segundo bloco de aulas, em que apresentamos a obra literária *Diário de Bitita* aos discentes. Em seguida, levantamos alguns questionamentos para os alunos, relativos às características desse registro, quais sejam: 1) O que é um Diário? 2) Vocês têm um Diário? 3) O que registram nele? 4) Com qual frequência os registros são realizados? As respostas foram variadas, contudo atingiram as expectativas esperadas, que era de suscitar a participação e a curiosidade dos alunos quanto a que tipo de registro a autora daquele livro tinha produzido. Todavia, logo na apresentação do livro e da autora da obra, já deixamos claro que Maria Carolina de Jesus, utilizava seu Diário para registrar sua vida cotidiana, mas também, era onde ela realizava suas denúncias e revelava a sua indignação com a vida marcada pelo preconceito e pelas desigualdades sociais que assolavam seu cotidiano.

Destarte, o Colégio onde essas aulas foram ministradas, está situado numa zona periférica da região norte de Goiânia e, a maior demanda de alunos que o frequentam são de baixa renda, muitos deles também são negros ou tem familiares afro-brasileiros. Essa proximidade gerou uma identificação imediata e contribuiu significativamente para despertar o interesse dos discentes quanto ao conteúdo do livro e a temática apresentada. Ao perceberem que a autora era negra, pobre, descendente de avós escravizados, moradora de uma favela e que esses traços de desigualdades delinearam toda a sua trajetória de resistência frente a todas essas falácias da vida, os alunos foram capazes de





fazer uma reflexão quase imediata, em que se identificaram com a história de vida e memória de Bitita, ou Maria Carolina de Jesus, demonstrando maior participação e interesse pelas aulas, ao ponto de pedir o livro emprestado após o fim da ministração do conteúdo.

Assim, iniciamos a apresentação da fonte: *Diário de Bitita*, buscando manter o diálogo com o conteúdo da temática em questão. Deste modo, a priori recorreremos a uma abordagem mais ampla sobre a obra e sua personagem principal, assinalando que o título do livro está diretamente associado ao apelido da escritora. Pois Bitita era como seus familiares e vizinhos conheciam Carolina Maria de Jesus (1914-1977). Como ela mesma explica, somente aos sete anos de idade, foi chamada por seu nome de batismo, por sua professora da escola, fato que lhe causou estranheza à época.

A obra em questão é composta por relatos de vida da autora, uma escrita de si que ressalta o peso de nascer mulher, negra e pobre numa sociedade excludente, preconceituosa e machista como a brasileira. Essa tríade, marcou a trajetória de vida desta personagem, que não tendo nascido em condições favoráveis, se tornou uma autora renomada dedicando-se à escrita de poemas, obras que retrataram sua leitura de mundo e condição de ser negra, pobre, oriunda de uma família escravizada, que cresceu sem conhecer a figura paterna. Destacou-se como artista, pois tocava violão, cantava, era poetiza e escritora. O fato dessa mulher ter empreendido tamanha resistência, torna-se relevante mediante a experiência de uma vida dura, sem muitos atrativos e ter sido “alfabetizada” não apenas na escola, mas ao longo de sua trajetória de vida. Bitita, parece-nos ter tirado proveito de suas experiências e das circunstâncias dolorosas que lhes foram impelidas em seu percurso. O que fez dela uma exímia observadora e crítica da sociedade de seu tempo.

Como é sabido, o processo histórico brasileiro a priori foi delineado com o propósito de enaltecer a memória de alguns grupos (europeus brancos, ricos e heróis) e de silenciar e levar ao esquecimento de outros (negros, mulheres e indígenas). Nessa perspectiva, não há como negar que a sociedade brasileira, tem uma dívida homérica com os negros e os índios. Assim, quando falamos em Ensino de História do Brasil, podemos





evidenciar o quadro educacional estabelecido até o final do século XIX e a virada para o XX, o qual buscou privilegiar o estudo de memórias ilustres, enfatizando o nacionalismo, o patriotismo e a história dos heróis brancos com alto poder aquisitivo. Lembrando que, mesmo em períodos sombrios, os Movimentos Negros e a organização de intelectuais desse grupo, mantiveram suas lutas e resistências contra a escravidão, contra as desigualdades sociais, econômicas e culturais que impediram os negros de participarem do processo histórico e de usufruírem dos direitos de cidadãos neste país³.

A partir da virada do século XIX para o XX, iniciou-se um processo de ampliação desse conhecimento em que intelectuais e os movimentos sociais lutaram contra os desdobramentos da Ditadura Militar e suas consequências **na** e **para** a educação brasileira. A partir da elaboração e implementação da Constituição de 1988, diversas condições foram (re)estabelecidas para a ampliação dos direitos dos cidadãos. Assim, foram traçados novos rumos para a Educação brasileira. Nesse cenário de políticas públicas criadas e ampliadas para a educação em território brasileiro, acrescentamos a criação das Leis 10.639/03 e a de 11.645/08, que fazem parte da conquista e das lutas empreendidas pelo Movimento Negro em todo seu percurso de resistência e reivindicação quanto ao fim das desigualdades raciais e do silenciamento da história, memória e participação dos negros na história do Brasil. Destaca-se que ambas as Leis, tratam da obrigatoriedade da inserção do Ensino de História e da Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos Currículos Escolares.

LDB 9394/96: Cap. II: da Educação Básica – Art. 26:

§ 4º - O Ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia. Acréscimo:

Art. 26 A - O conteúdo programático do Ensino Básico deve incluir diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos [...].

³ A esse exemplo citamos as fugas de escravizados para os Quilombos dos Palmares, dentre outros.





Todavia, notamos que a criação de leis para a inserção destes conteúdos programáticos no Ensino Básico e Universitário, retrata a omissão da história em atribuir créditos a esses povos sobre a sua participação na formação de nosso país. Tal motivo, contribuiu significativamente para que negros e indígenas fossem discriminados e esquecidos ao longo do processo histórico brasileiro. O negacionismo ao direito das mulheres e a sua participação social em nossa sociedade também é uma realidade vivenciada nesse cenário. Visto que grande parte dos autores que se dedicaram ao estudo e a escrita de obras sobre a História das mulheres, partiram de análises de discursos filosófico-religioso, mostrando que em diferentes momentos históricos, a sociedade percebia o comportamento feminino baseado em normas religiosas rígidas, deste modo constantemente criavam representações para as mulheres.

Portanto, no caso de Carolina Maria de Jesus, os desafios eram de várias ordens. Bitita era uma mulher, negra e favelada que superou seus limites, tendo conseguido se “alfabetizar” e para além disso, ter aprendido a fazer sua própria leitura de mundo de modo amplo e crítico, nos parece ter sido uma tarefa árdua e um caminho trilhado com diversos percalços repleto de barreiras. Carolina fez de suas dificuldades um terreno fértil e sensível para o desenvolvimento de escritos pautados em denúncias de abusos, críticas e reflexões sobre as relações de poder político e social, que foram e ainda são estabelecidas no cotidiano dos grupos discriminados por sua cor, etnia e condição econômica em uma sociedade escravagista e preconceituosa como a brasileira.

Ser negra, mulher e pobre no cenário dos anos 90 no Brasil

Na terceira etapa das aulas - bloco três -, levamos os discentes a se questionarem sobre o lugar social das mulheres na sociedade brasileira, instigando-os a pensar na história de vida de suas mães, avós e, quiçá suas bisavós. Para tanto, solicitamos que realizassem uma entrevista acerca desse tema com sua parentela mais próxima e que anotassem em seus cadernos o que as mulheres de suas famílias (as entrevistadas) relataram sobre a sua criação, seus afazeres em casa e o modo como eram tratadas por





seus pais e familiares em detrimento aos seus irmãos (do sexo masculino), caso houvesse, ou de seus primos.

Compreendemos que a pesquisa possibilita a tessitura do diálogo entre as teorias produzidas em diversos campos, como: fontes primárias e secundárias. (LOPES; TORRES; MENEZES, 2020). Portanto, essas atividades orais – como nesse caso das entrevistas – associadas aos documentos escritos de cunho oficiais, institucionais ou pessoais fortalecem as práticas investigativas. Pois, como é sabido por meio do estudo do passado, daquilo que já não existe mais, é que no presente recorreremos as memórias orais ou registradas nas fontes documentais para reconstruirmos esse passado (ainda que seja parcialmente). Visto que existem pelo menos 2 (dois) tipos de memórias que ao serem evocadas as tornam atuais, são elas: “a memória – retentiva – que conserva o passado não mais visto – e a memória – recordação, com capacidade cognitiva de lembrar/recordar, quando evocado, o conhecimento passado, tornando-o atual” (XAVIER, MUNIZ; VASCONCELOS; PINTO *Apud* ABBAGNANO, 2020, p. 04).

Desta forma, a nossa solicitação de que os alunos fizessem a entrevista com as suas mães, avós e mulheres mais “velhas” da família, foi justamente no sentido de evocar suas memórias, num exercício da memória, rememoração, mas também aberto aos movimentos involuntários da memória que vinham à tona ao serem questionadas sobre o lugar que elas ocupavam na sociedade familiar de sua juventude, no sentido de favorecer que os discentes percebessem essa condição, muitas vezes excludente, que as mulheres ocupavam no seio familiar de um passado muito recente e compará-lo com a sua condição contemporânea do lugar social e familiar que ocupam hoje. O objetivo era comparar a experiência e as lembranças das mulheres entrevistadas com as descrições de Maria Carolina de Jesus em seu *Diário de Bitita*.

Nesse sentido, *a posteriori* solicitamos que os alunos delineassem um quadro em que revelassem os aspectos que marcaram a vida das mulheres de suas famílias. Após terminarem, solicitamos que se reunissem em seis grupos de cinco pessoas e que escolhessem um dos quadros do grupo, para ser explorado e descrito no quadro branco por um representante escolhido por eles. Em seguida, lemos em conjunto os pontos





elencados por cada grupo, e como não haveria de ser ao contrário frente a realidade em que vivemos, os pontos negativos foram bem superiores aos positivos e os mais recorrentes foram a violência contra e a submissão das mulheres, mesmo quando trabalhavam fora e tinham renda própria. Nenhum desses dados nos assustou, a não ser pelo fato do desconforto de ter que reconhecer que mesmo no século XXI, pouco ou quase nada mudou em relação a esses aspectos, pois ainda caminhamos a passos lentos para a uma mudança radical quanto a forma de tratamento que é dada a mulher brasileira.

Após suscitar tamanha reflexão, inserimos o tema: mulher, negra e pobre no cenário brasileiro e a partir dos pontos elencados pelos próprios discentes recorreremos aos registros de Bitita, articulados a constantes reflexões e paralelos com a realidade que os alunos apontaram em seus quadros, relativos ao tratamento que as mulheres de referência de suas famílias receberam da sociedade vigente. Apesar do contexto ser outro, as semelhanças foram gritantes.

Como não poderia deixar de ser, apresentamos as habilidades da autora, a qual se tornou uma talentosa escritora. Entre seu legado literário, encontram-se “poemas, romances, contos, poesias, pensamentos, peças de teatro e letras de música”. (JESUS, 207, p.11). Embora não tenha nascido num contexto familiar, social, político e econômico favorável ao desenvolvimento das letras, Carolina sobressaiu na arte da escrita de modo significativo rompendo com ousadia e uma dose de acaso, as barreiras que lhe foram impostas por sua condição de vida, visto que era uma mulher, para além de ser negra e pobre.

Quando de sua chegada ao mundo havia apenas pouco mais de duas décadas que a abolição tinha sido decretada no Brasil e em decorrência dos diversos séculos que os negros foram consumidos pelo trabalho escravo e a pela falta de assistência ou direitos que os assolavam, quando ocorreu a abolição (1888), eles não foram incorporados ao mercado de trabalho, seja pela sua dificuldade de adaptação às demandas, recusa ou mesmo a não aceitação pelos patrões que preferiram empregar mão de obra imigrante europeia.. Portanto, essas primeiras décadas do período pós abolicionista, também se





configurou como uma época pouco favorável para esse povo, que se viu perdido e desqualificado para enfrentar o mundo exterior ao das senzalas.

Ao se referir à sua educação Bitita, assinala que foi matriculada na Escola quando tinha sete anos, por insistência dos padrões de sua mãe, mas que não gostava de frequentá-la, pois além de se afastar da mãe durante esse período escolar, ainda não podia mamar (provavelmente ainda mamava para manter os laços mais profundos com a mãe), ela também não era bem aceita por seus colegas que “a achavam feia, e davam gargalhadas quando ela entrava na sala”. (JESUS: 2017, p. 08). Sobre essa situação, ressaltamos que mesmo nos dias atuais nos deparamos com esses impasses no espaço escolar, pois aquele que é “diferente”, normalmente é alvo de críticas e risos dos colegas, dando lugar ao preconceito e ao desrespeito que carecem de ser trabalhados nos âmbitos educacionais em todos os níveis.

Mesmo na atualidade, ainda percebemos que a desigualdade, o preconceito e a discriminação racial, formam um tripé que se sustenta na sociedade contemporânea. Esses fenômenos são herdeiros do processo sócio histórico do Brasil, produzido por meio das ações, elaboração de textos e imagens negativas do povo afro-brasileiro, afirmando uma pretensa superioridade dos brancos em detrimento aos negros, o qual legitimou e compôs o imaginário coletivo desde o período colonial e para além dele. (CAREZER; RIBEIRO, 2015, p. 108).

Embora tenha se passado mais de um século da abolição da escravatura, ainda há resistência em aceitar e reconhecer a participação dos negros, e não só deles, no processo formador e identitário da sociedade brasileira. Tal motivo, mostra o quanto o espaço escolar se torna relevante para a desconstrução dessa imagem negativa e de desvalorização dos negros, das mulheres e dos indígenas no meio social. As instituições educacionais, são locais plurais onde encontramos múltiplas possibilidades para o desenvolvimento de abordagens democráticas despidas de preconceitos quanto ao gênero e a etnia racial. Nesse sentido, os docentes têm o papel de transformar a “escola num campo de valorização das diferenças e de combate ao preconceito e ao racismo”,





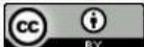
atuando nessa frente para que esse espaço seja consolidado como um lugar de todos e para todos. (CARULA, 2012, p.23).

O *Diário de Bitita*, nos revela que esta menina não permaneceu na Escola por muito tempo, visto que no segundo ano em que lá estudava, sua mãe sem condições de se manter na cidade teve que voltar a morar na zona rural. (JESUS, 2017, p. 08). Deste modo, ela acompanhou sua mãe que assumiu novamente os serviços pesados na roça, além de lavar, passar e desenvolver atividades domésticas. Contudo, nota-se que a estadia de Bitita na Escola a motivou, pois, os conhecimentos adquiridos nas aulas de sua ex-professora Lonita Solvina, lhe instigou tornando sua mente um campo fértil em busca do saber, mesmo após ela ter deixado a vida na cidade. Os ensinamentos realizados por Lonita foram cruciais para despertar em Bitita a sede de aprender cotidianamente. Quanto a esse quesito, lembramos que entre os ofícios do docente, está a capacidade de trabalhar as situações problemas detectadas no cotidiano escolar, de modo a estimular os alunos no processo de aprendizagem (COSTA; OLIVEIRA, 2015, p. 47).

Ao trabalhar abordagens e atividades que contemplem as questões étnico-raciais, os docentes possibilitam a eficácia do desenvolvimento sócio cognitivo de seus alunos negros, articulando as exigências legais as situações discriminatórias e preconceituosas que ocorrem no espaço educacional. (CORENZA, 2018), evitando que os alunos negros deixem a escola.

Se ser negro nesse mundo onde predominavam os brancos era complicado, imagine ser mulher, negra e favelada na sociedade brasileira das primeiras décadas do século XX onde viveu Carolina. Sabemos que não era uma tarefa fácil, assim como hoje ainda não o é. Nesse sentido, tomamos ciência do quadro educacional delineado para as mulheres no Brasil no decorrer do tempo.

A exemplo do que já dissemos antes, a escolarização não era um direito de todos, aos negros era interdito todas as formas de instrução institucionalizada. Entretanto, não podemos nos esquecer que o processo de escolarização desenvolvido no Brasil desde a chegada dos jesuítas (Companhia de Jesus, responsável pela educação) até o princípio do período republicano, a exemplo daquilo que outros países já viviam no medievo,





pautou-se na exclusão da escolaridade daqueles que eram desfavorecidos economicamente e, esse cenário não era diferente para as mulheres, as quais normalmente não eram alfabetizadas e, por consequência também não sabiam ler (STAMATTO, 2005). Embora, não nos reste dúvidas de que em toda regra haja exceção.

Sabe-se, porém, que a elevação gradual do número de mulheres inseridas na educação brasileira se deu com maior ênfase no decorrer do século XIX e, já no findar deste período, contabilizava-se uma menina para cada três alunos matriculados. Enquanto no início do século XX, o número de mulheres matriculadas em escolas públicas e que já desenvolviam o ofício do magistério havia crescido consideravelmente.

Em *Diário de Bitita*, a autora revela sutilmente parte do contexto social e político de sua época, sobretudo da situação que era destinada aos negros desse período. No enredo de sua trama literária, esboça a falta de respeito dos senhores abastados e de seus filhos com as negrinhas que trabalhavam em suas casas, fosse como doméstica, lavadeira ou cozinheira, demonstra que havia maus tratos verbais, físicos e sexuais, enfatizando a desvalorização das mulheres. Esse quadro se repetia com os filhos dos brancos que ao se tornar um rapazinho “nhonhô de engenho” abusava sexualmente das filhas das domésticas e cozinheiras negras de sua casa, uma vez que seu pai ao ficar sabendo do ocorrido ficava contente e não lhe atribuía nenhuma punição. (FREIRE, 2000, p. 35).

A situação se estendia também ao interior do convívio familiar, em que elas apanhavam de seus maridos e corriqueiramente tinham que trabalhar para sustentar a casa e os filhos, pois os negros desiludidos pela falta de preparação para o trabalho nas cidades, não conseguiam emprego e se embriagavam o dia todo, pois sofriam as consequências do período imediatamente posterior a libertação da escravidão negra em nosso país. As mulheres tinham pouca acessibilidade na vida social, mas quando se tratava de negras, a situação era muito pior. O fato de serem negras, mulheres e pobres era totalmente desfavorável para que acreditassem em suas palavras em detrimento a de um branco e abastado.





4 Resultados

Reflexões, apontamentos e aprendizagens: a temática em articulação com o livro literário

Nessa última etapa das aulas – bloco quatro –, solicitamos aos discentes que dividissem a sala em seis grupos de cinco alunos e escolhessem um redator para redigir o texto final sobre as aulas ministradas. O texto deveria assinalar os pontos positivos e negativos que os discentes perceberam durante todo o processo de ministração do conteúdo relativo à temática Cultura Africana e Afro-brasileira e sua articulação com os registros do Livro: *Diário de Bitita*, trabalhado em sala de aula e para além dela, de modo a deixar claro quais aspectos facilitaram ou dificultaram o aprendizado e as reflexões realizadas ao longo deste processo. Os textos foram lidos e entregue aos docentes. A experiência foi gratificante e os pontos negativos serviram como alerta para percebermos em quais pontos os alunos encontraram mais dificuldade e menor estímulo para o ensino e aprendizagem da temática apresentada.

5 Considerações finais

A Literatura e a História se aproximam em diversos aspectos e ambas são compostas pelas narrativas. O que as diferencia, é que a Literatura não tem responsabilidade quanto à veracidade dos fatos, o que lhe abre possibilidades para se enveredar pela ficção, enquanto a História tem o papel social e a obrigação de se construir a partir de fontes documentais que expressem uma relação direta com o acontecido. Contudo, é através dos registros de memórias que a História se compõe.

Deste modo, o livro de Carolina Maria de Jesus, com sua escrita de si, traz uma perspectiva realista do vivido e nos desperta para a reflexão das condições de precariedade e negligência em que os negros – em geral - foram submetidos desde o período colonial. Sua condição de mulher negra, nessa sociedade machista e preconceituosa não pode deixar de ser evidenciada, para além de todos os outros infortúnios de fazer parte de uma sociedade manchada por marcas negativas que a





escravidão deixou para os seus herdeiros. Deste modo, acrescentamos que apesar das Leis 10.639/03 e 11.645/08, representarem uma enorme conquista para o Movimento Negro e todos os afro-brasileiros, elas por si só, não asseguram que sua implementação aconteça de modo eficaz no Ensino Básico e/ou no Superior. Contudo, trata-se de um ponta pé inicial para a promoção da igualdade e do respeito mútuo livre de crenças, etnias e condições materiais. Todavia, a luta precisa continuar, os Movimentos Sociais necessitam caminhar atuantes para que as desigualdades de diversas matizes sejam vencidas.

Ao longo da obra, a autora rememora e (res)significa experiências de sua vida, por meio das quais percebe-se que a construção identitária de uma pessoa perpassa pelas memórias coletivas do grupo em que ela convive, seja na escola, na comunidade ou nos espaços onde frequenta. Demonstrando que as identidades são constitutivas em nossas vivências e mudam de acordo com as nossas necessidades, assim como as memórias que carregamos conosco e que as vezes partilhamos com outras pessoas são seletivas e passíveis de reconstrução e (res)significação.

Deste modo, destacamos que a memória da escravidão no Brasil, ainda se faz presente no cotidiano de seus descendentes, mesmo que resgatá-la possa ser motivo de dor, pois uma memória do trauma se perpetua ao longo do tempo. Os discentes de hoje, serão os docentes e trabalhadores de diversas áreas no amanhã, portanto, necessitam abrir seus horizontes e (res)significar suas histórias de vida de modo a dar-lhes as formas e significados positivos que lhes garanta integridade moral, ética e ampla cidadania. Deste modo, teremos cumprido bem os nossos ofícios de docentes.

Referências

BERNARDES, Vânia Aparecida Martins e RODRIGUES FILHO, Guimes (orgs.). **Educação para as relações étnico-raciais: outras perspectivas para o Brasil**. 1 ed. Uberlândia: Gráfica Lopes, 2012.





BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. (20 de dezembro de 1996). Lei número 9394/96.

_____. **Lei nº 10.639/2003**. (9 de janeiro de 2003). Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana. MEC/SEPIR, 2005.

_____. **Lei nº 11.645/2008**. (10 de abril de 2008). Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639/2003.

20

CANDAU, Vera Maria. Educação em direitos humanos: uma proposta de trabalho, 1999. In. **Oficinas aprendendo e ensinando Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/veracandau/candau_edh_proposta_trabalho.pdf>. Acesso: nov./2020.

CAREZER, Osvaldo Mariotto e RIBEIRO, Renilson Rosa. A formação de professores na fronteira: currículo e diversidade étnico-racial nos cursos de licenciatura em História (Mato Grosso, Brasil). In. MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; et al. (orgs.). **Relações étnico-raciais, formação de professores e currículo**. São Paulo: Ed. Livraria da Física, 2015, p.101-138.

CARULA, Karoline; SILVA, Glaydson José da. As representações dos negros nos livros didáticos de História da Educação de Jovens e Adultos. EJA (PNLD, 2011). In. CORENZA, Janaína de Azevedo. **Formação inicial de professores: conversas sobre relações raciais e educação**. Curitiba: Appris, 2018.

COSTA, Candida Soares e OLIVEIRA, Ozerina Victor. Relações raciais, currículo e prática pedagógica na formação superior: olhar de dentro para fora. In. MÜLLER, Tânia Mara Pedroso, et al. (orgs.). **Relações étnico-raciais, formação de professores e currículo**. São Paulo: Editora Livraria Física, 2015, pp. 47-74.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Editora Ática, 2014.

FREIRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

LOPES, Tania Maria Rodrigues; TORRES, Maria Nahir B. Ferreira e MENEZES, Iany Bessa S. História da formação de professores no Ceará: da escola normal aos ambientes virtuais de aprendizagem. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, v. 2, n. 3, p. e233724, 1 ago. 2020. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3724/3256>>. Acesso em: nov./2020.





MALDONADO-TORRES, N. Descolonización y el giro des-colonial. *Tabula Rasa*, n. 9, p. 61-72, 2008.

SANTOS, Wolney Nascimento; DANTAS JUNIOR, Hamilcar Silveira; ZOBOLI, Fábio. Cinema, educação e africanidades: a memória no documentário “Caixa d’água qui-lombo é esse?”. *Educação & Formação*, v. 5, n. 3, p. e2508. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/2508>> Acesso em: 6 abr. 2020.

21

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. **Um olhar na história: a mulher na escola Brasil: 1549 – 1910.** Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema5/0539.pdf>>. Acesso em: mai./2019.

XAVIER, Antônio Roberto; MUNIZ, Karla Renata Aguiar; VASCONCELOS, José Geraldo; PINTO, Francisco Ricardo Miranda. Memória: abordagem teórico-conceitual. *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo*, v. 3, n. 1, p. e313798. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3798>> Acesso em: 20 set. 2020.

ⁱ **Cleusa Teixeira de Sousa**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7252-9438>

Pesquisadora do CHSC- FLUC – Universidade de Coimbra – Portugal

Profa. da Secretaria Estadual de Goiás - (SEE-GO); Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás – UFG; Mestre, Especialista e Graduada pela mesma Instituição. Tem experiência na área de Ensino de História, atuando nos seguintes temas: Didática e Estágio do Ensino de História; História da Cultura Afro-brasileira e Indígena; História da Educação no Brasil; Diversidades Culturais; História do Brasil Colônia e História Medieval e Moderna.

Contribuição de autoria: responsável pela redação do artigo.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4271933301556713>

E-mail: cleotsou@gmail.com

ⁱⁱ **Gilberto César de Noronha**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9985-2697>

Professor nos cursos de Graduação e Pós-graduação do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia – MG

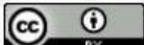
Doutor em História pela Universidade Federal de Uberlândia; Mestre pela UFU. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Brasil, atuou principalmente nos seguintes temas: História, Memória e Patrimônio cultural, História e ensino de História, relações entre História e Literatura, dentre outras temáticas.

Contribuição de autoria: responsável pela redação e revisão do artigo.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1413157322908549>

E-mail: noronha.gilberto@bol.com.br

Editora responsável: Cristine Brandenburg





Especialista *ad hoc*: Bruna Germana Nunes Mota

Como citar este artigo (ABNT):

SOUSA, Cleusa Teixeira de; NORONHA, Gilberto César de. A cultura afro-brasileira: apresentada nas aulas de História do Ensino Médio articulada à obra Diário de Bitita. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 3, n. 2, e324429, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.47149/pemo.v3i2.4429>

22

Recebido em 29 de novembro de 2020.
Aceito em 10 de dezembro de 2020.
Publicado em 03 de janeiro de 2021.

